

O testemunho como elemento central na produção jornalística: a narrativa de *Operação Massacre*¹



Marta Regina Maia²
Dayane do Carmo Barretos³

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre o testemunho como centro da produção de narrativas jornalísticas, tendo como mote o livro *Operação Massacre*, de Rodolfo Walsh. Recorremos, metodologicamente, à Análise da Narrativa, a partir de uma visada ampla que compreende a construção de narrativas enquanto um processo para além da materialidade textual e que nos permite inserir a figura do jornalista enquanto protagonista do ato de narrar. Ato que reflete não só as escolhas desse jornalista narrador, mas do modo de apropriação do mundo que está ligado a um contexto sócio-histórico-político-cultural.

Palavras-chave: Jornalismo. Narrativas. Testemunho. Memória.

¹ Uma versão mais reduzida desse texto foi apresentada ao 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, promovido pela SBPJor, ocorrido em 2017.

² Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da UFOP;

³ Doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais

El testimonio como elemento central en la producción periodística: la narrativa de *Operación Massacre*

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el testimonio como centro de la producción de narrativas periodísticas, teniendo como mote el libro *Operación Massacre*, de Rodolfo Walsh. Se recurre, metodológicamente, el análisis de la narrativa, a partir de una visada amplia que comprende la construcción de narrativas como un proceso más allá de la materialidad textual y que nos permite insertar la figura del periodista como protagonista del acto de narrar. Acto que refleja no sólo las elecciones de ese periodista narrador, sino del modo de apropiación del mundo que está ligado a un contexto socio-histórico-político-cultural.

Palabras clave: Periodismo. Narrativas. Testimonio. Memoria.

The testimony as a central element in journalistic production: the narrative of *Operation Massacre*

Abstract: This article aims to reflect on the testimony as a center of the journalistic narratives production, taking as its motto the book *Operation Massacre*, by Rodolfo Walsh. We used methodologically Narrative Analysis,

from a broad perspective that includes the construction of narratives as a process beyond textual materiality and that allows us to insert the figure of the journalist as protagonist of the act of narrating. An act that reflects not only the choices of this narrator journalist, but the way of appropriation of the world that is linked to a socio-historical-political-cultural context.

Key words: Journalism. Narratives. Testimony. Memory.

Apontamentos iniciais

O conhecimento sobre o real, na atualidade, aparece relatado das mais diversas maneiras. Não é possível hierarquizar acontecimentos de acordo com o meio de divulgação, como se determinado suporte pudesse conferir credibilidade à história relatada. Entretanto, determinados suportes, como o livro, podem conferir maior perenidade ao acontecimento e reivindicar, literalmente, um lugar mais ampliado e inter cruzado para a narrativa contemporânea. Nessa perspectiva, tomamos um livro como referência para esse trabalho com a intenção de refletir sobre seu processo de produção e seu papel repercussivo no tempo social.

O livro escolhido é *Operação Massacre*, do escritor e jornalista argentino Rodolfo Walsh, que aborda um fuzilamento que ocorreu na madrugada do dia 10 de junho de 1956. Na noite anterior, do dia 9 de junho, uma tentativa de Golpe de Estado contra a chamada Revolução Libertadora, que tirou Juan Domingo Perón do poder em 1955, foi engendrada. Naquela noite, doze homens que assistiam a uma luta de boxe em uma casa na região de metropolitana de Buenos Aires foram surpreendidos, presos e levados à delegacia. Na madrugada daquela mesma noite, sem nenhum julgamento, eles foram levados a um descampado e fuzilados sob a suspeita, que nunca se confirmou, de que faziam parte do levante contra o governo da época.

A obra parte do testemunho dos sobreviventes e se configura enquanto uma produção profícua para pensarmos o problema do testemunho na narrativa jornalística. Já no início do livro, Walsh (2010) destaca a inexistência de um registro formal histórico do fuzilamento, escrevendo que perambulou por diversas redações sem lograr êxito, visto que o desinteresse foi generalizado: “Todo mundo tira o corpo fora. É coisa para rir a doze anos de distância, pois podemos repassar os arquivos dos jornais e esta história não existiu e nem existe” (WALSH, 2010, p. 16). Dessa forma, a investigação empreendida pelo jornalista teve como ponto de partida o relato do primeiro sobrevivente encontrado, Juan Carlos Livraga. Ainda que o jornalista explore alguns documentos em sua investigação, a constituição dessa narrativa baseia-se, especialmente, no cruzamento dos testemunhos dos sobreviventes e de outras testemunhas secundárias, usadas de forma a confirmar as versões apresentadas.

Neste trabalho partimos do pressuposto de que no âmbito do jornalismo há diversos modos de se apropriar do testemunho do outro.

Citamos aqui três: 1) o uso de trechos das falas das fontes testemunhais para corroborar ou confrontar dados, muitas vezes com o uso de aspas; 2) o testemunho do personagem a partir da escrita do jornalista sem o uso de outras estratégias de investigação, muito presente no caso de histórias de vida; 3) a apropriação do relato testemunhal pelo jornalista que irá percorrer seus rastros e cruzar com outras fontes em um trabalho mais pormenorizado de investigação. Atentaremos para esse terceiro modo, acreditando que esse é o movimento efetuado por Rodolfo Walsh em sua obra. Podemos perceber que enquanto no primeiro caso o testemunho adquire caráter secundário na produção jornalística, no segundo e no terceiro ele é central, o que nos leva a questionar: em produções em que o testemunho possui caráter central, qual o papel do jornalista-narrador nesse testemunho? Sem pretensões de obter respostas, visto que esse trabalho tem caráter exploratório, mas buscando cercar essa questão, exploramos algumas perspectivas de autores que problematizaram a questão do testemunho, além de percorrer pistas na obra de Rodolfo Walsh que contribuem para essa discussão.

Metodologicamente, optamos pela Análise da Narrativa, considerando uma visada ampla que compreende a construção de narrativas enquanto um processo para além da materialidade textual e que nos permite inserir a figura do jornalista enquanto protagonista do ato de narrar. Ato que reflete não só as escolhas desse jornalista, mas do modo de apropriação do mundo que está ligado a um contexto sócio-histórico-político-cultural. Sendo assim, ao propormos a análise desse livro a partir da chave conceitual do testemunho, estamos buscando também entender como essa obra é importante na constituição de sentidos acerca de um acontecimento que, se não fosse a obra em questão, corria o risco de não ter visibilidade alguma. O que nos diz, portanto, das presenças e ausências, de certos silenciamentos e, principalmente, de testemunhos desse tipo.

Testemunho e dever de memória

É possível compreender a valorização do testemunho enquanto fonte possível e potente como um reflexo de um movimento de revalorização do sujeito nas décadas de 1970 e 1980 “em que a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas” (SARLO, 2007, p. 19). Pesquisadora argentina, Sarlo (2007) denomina esse processo que restituiu a confiança nessa primeira pessoa que narra a sua vida de “guinada subjetiva” e pondera sobre os privilégios que se reconhecem no “eu” e que demandam um exame crítico.

Aproximando essa questão da esfera jornalística, podemos refletir sobre o espaço e a abordagem evidenciados pelo testemunho, tendo em vista dois extremos facilmente constatáveis: a exploração do relato do outro apenas para o preenchimento de uma lacuna pré-definida a fim de legitimar um ponto de vista já existente de saída ou o recurso de tomá-lo enquanto verdade

incontestável. Nesse último caso, a recorrência às fontes explicita um *modus operandi* próprio do chamado jornalismo convencional, que busca se legitimar por intermédio de uma pretensa objetividade, em que a fonte seria a condição mesma da percepção do real. Tuchman (2010, p. 166), ao problematizar os processos de captação da informação e a pretensa objetividade dessa atividade, afirma que “a necessidade de produzir enquadramentos que lhes atribuam sentido obrigam os profissionais do jornalismo a desenvolver procedimentos que eles consideram objectivos. Mas, com outras fontes ou sob outros ângulos, facilmente seguiriam vias distintas”.

Destacamos aqui um dos procedimentos centrais para a consecução da atividade jornalística, a saber: quem ou quais são as vozes que contribuem para narrar os acontecimentos selecionados para veiculação diária. Nesse processo de interlocução é possível recorrer às fontes oficiais, alternativas e populares, embora estas duas últimas não sejam, em geral, a opção mais usual.

Assim, a escolha dos testemunhos que irão compor a narrativa jornalística não é papel exclusivo do repórter, ela passa por critérios próprios da prática jornalística, que por priorizar as falas oficiais acaba deixando de lado os diversos sentidos que circulam acerca do acontecimento. Em contrapartida, ao propor uma narrativa polifônica, utilizando o testemunho não só para preencher espaços pré-estabelecidos já na pauta, mas como forma de conceber o acontecimento de modo complexo, com suas contradições próprias da disputa de sentidos que está presente no social, o jornalista amplia as possibilidades de compreensão, podendo promover questionamentos, tão importantes em casos como o massacre de que trata Walsh (2010), assim como outros episódios similares que ocorreram em contextos ditatoriais.

É importante destacar que o testemunho foi fundamental para possibilitar a condenação do terrorismo de Estado (SARLO, 2007) em ditaduras, além de ser um importante instrumento de elaboração da memória no caso de episódios traumáticos como a Shoah. Segundo Seligmann-Silva (2007, p. 67) “nestas situações, como nos genocídios ou nas perseguições violentas em massa de determinadas parcelas da população, a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade”. Nesse sentido, o testemunho mostra-se como uma ferramenta-chave para que a sociedade consiga revisitar esses episódios.

Nesse esteio, é necessário refletir sobre o modo como o testemunho é apropriado midiaticamente. A presença do outro e do seu relato na mídia pode tanto promover uma aproximação com o espectador, como estabelecer uma distância segura, em que se ouve a fala do sujeito, mas sua realidade não afeta, não mobiliza realmente. Lage (2015, p. 112), ao tratar do caráter relacional do testemunho que pressupõe alguém que testemunhe e alguém que ouça, veja ou leia esse testemunho, propõe que pensemos esse testemunho como “um modo de ocupação e organização do sensível, no sentido em que evidenciaria a relação entre uma comunhão e uma separação, entre uma proximidade e uma distância”. Sendo assim, não basta a simples presença da

figura e dos relatos dos sujeitos na mídia, é necessário que essa presença seja tensionada de modo a promover encontros reais e não apenas superficiais e efêmeros. Nesse sentido, pensar a ação do narrador na apropriação desses testemunhos pela narrativa é importante para problematizar não só a presença do testemunho na mídia, mas a forma como ela ocorre, que é definidora para o que ela será capaz de acionar no espectador ou leitor.

A historiadora Gagnebin (2006) ancora-se em Walter Benjamin para esboçar uma ideia de narração a partir das ruínas na narrativa, dos cacos e migalhas. A figura que emerge dessa proposta benjaminiana é a do narrador sucateiro como aquele que não procura os grandes feitos, mas sim elementos de sobras. Para Benjamin esses elementos de sobra são dois: o sofrimento indizível e o anônimo. “Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). Desse modo, o jornalista em produções como a de Walsh (2010) que envolvam o trauma, o choque, o sofrimento de sujeitos desconhecidos por outros registros narrativos da época, uma vez que o jornalista afirma que nenhum jornal noticiou o episódio, carrega em si a imagem desse narrador sucateiro na busca dos cacos e migalhas, dos sujeitos anônimos e dos sentidos dispersos desse sofrimento.

Seguindo essa linha, avançamos para uma noção do jornalista que pode ser aquele que testemunha a dor do outro, que constitui um testemunho desse trauma a partir da costura dos diversos relatos. Gagnebin (2006) tece considerações acerca desse testemunho ouvinte a partir do sonho de Primo Levi, escritor e ex-prisioneiro de Auschwitz, que conta ter sonhado várias vezes um sonho que, como o escritor foi descobrir mais tarde, era sonhado por outros prisioneiros. Ele consistia na cena da volta para casa, em um ambiente de extrema felicidade, rompida pelos relatos das atrocidades acometidas a eles nos tempos de horror; os presentes não suportam ouvir as histórias e acabam indo embora. A autora conclui então que “testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Ainda sobre esse aspecto, Seligmann-Silva (2008, p. 72) é incisivo em considerar a posição do ouvinte na constituição do testemunho: “sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho”. O jornalista, ao assumir o papel de portador do testemunho, adquire uma postura ativa na dinâmica testemunhal. Tal reflexão é basilar para a discussão sobre *Operação Massacre* e, conseqüentemente, para refletirmos sobre o testemunho nas narrativas que tem como base episódios traumáticos impossíveis de serem abordados sem o relato, seja pela falta de outros registros documentais ou pela força do próprio testemunho.

O papel do jornalista na construção narrativa do testemunho

Na introdução da primeira edição de *Operação Massacre*, de 1957, o jornalista argentino Rodolfo Walsh relembra o modo como a história do fuzilamento chegou até ele: “A primeira referência ao massacre de José León Suarez chegou aos meus ouvidos da forma mais casual, no dia 18 de dezembro de 1956. Era uma versão imprecisa, própria do local – um café – onde a ouvi pronunciada” (WALSH, 2010, p. 208). Esse primeiro contato com o massacre revelou a existência de um sobrevivente: Juan Carlos Livraga. Desse modo, a *Operação Massacre* era uma história por contar, o que somente seria possível por meio desse primeiro relato testemunhal.

Reconhecido como uma pessoa bastante politizada, Rodolfo Walsh nasceu em 1927, na província de Choele-Choel, na província de Rio Negro, na Patagônia argentina. Além de jornalista, Walsh também foi escritor, conhecido na Argentina por seus contos policiais. Sua familiaridade com a literatura e com a reportagem foi determinante para consolidar o seu estilo de escrita. Walsh escreveu *Operação Massacre* em 1957, obra que, segundo o jornalista brasileiro Castro (2010, p. 276), era difícil de classificar na época.

Era um romance, uma reportagem ou o quê? Foi preciso que, em 1966, Truman Capote anunciasse a invenção do “romance de não ficção”, com “A sangue frio”, para que pelo menos os argentinos soubessem que Walsh antecipara Capote em quase dez anos – uma façanha literária nada pequena.

É possível, nessa parte, estabelecer um paralelo com o chamado “paradigma indiciário” desenvolvido pelo historiador italiano Ginzburg (1986). Para ele, em algum momento da pesquisa, pode-se encontrar uma pista relevante que oferece indícios para a constituição das histórias a serem encontradas e contadas. Como um caçador, o pesquisador (no caso, o jornalista) consegue descortinar as pegadas da presa e, orientando-se por alguns sinais, constrói a história provável, afinal o “que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1986, p. 152). Assim, algo episódico, como o massacre visibilizado pelo relato de Walsh (2010), ajuda a refletir sobre a sociedade argentina das décadas em foco.

O escritor argentino apresenta suas fontes de maneira clara: “falei com sobreviventes, viúvas, órfãos, conspiradores, asilados, fugitivos, delatores presumidos, heróis anônimos” (WALSH, 2010, p.20). Assim, podemos perceber pela configuração do quadro e pela fala do autor que a narrativa foi configurada a partir do relato dos próprios sobreviventes e seus familiares, o que reforça o nosso argumento de que nessa obra o testemunho dos sujeitos envolvidos é fundamental. É pertinente destacar a importância de informações obtidas por pessoas que não puderam se identificar, devido ao contexto de repressão em que se deu a apuração.

O livro é dividido em três partes. A primeira, intitulada “As pessoas”, apresenta os homens que foram apreendidos na noite de nove de junho de 1956. O autor destaca de forma pormenorizada as características físicas, a personalidade, a profissão e a família daqueles homens, além dos motivos que fez com que cada um deles saísse de casa naquela noite. Na segunda parte da obra, “Os fatos”, Walsh (2010) descreve o que ocorreu naquela noite, na casa onde os homens ouviam a luta, na delegacia, o momento do fuzilamento, a fuga dos sobreviventes e o que acontece com eles após a *Operação Massacre*. Além disso, o jornalista contextualiza o cenário político argentino naquele momento no capítulo “A revolução de Vale”, situando o leitor: “longe dali, a verdadeira rebelião arde furiosamente. Em junho de 1956, o peronismo, deposto nove meses antes, fez sua primeira tentativa séria de retomar o poder mediante uma revolta de base militar com algum apoio de civis” (WALSH, 2010, p. 70).

Entre as descrições iniciais da investigação e as notas de rodapé, o autor destaca alguns testemunhos centrais na obra como pode ser verificado no quadro a seguir:

Nome	Quem era
Juan Carlos Livraga	sobrevivente
Troxler	sobrevivente
Benavides	sobrevivente
Miguel Ángel Giunta	sobrevivente
Don Horácio de Chiano	sobrevivente
Gavino	sobrevivente
Torres	Amigo de Gavino
Jorge Doglia	Ex-chefe da divisão judicial da polícia bonaerense (exonerado)
Marcelo (codinome)	Ex-terrorista
Atilas (nome que assinava)	Informante anônimo

Fonte: autoria própria

O que chama atenção nessas duas primeiras partes é o nível de detalhamento que Walsh (2010) conseguiu alcançar a partir do cruzamento entre os relatos testemunhais dos sobreviventes e das entrevistas com familiares das vítimas. Há diálogos no formato de discurso direto, com o uso de travessão, o que, juntamente com a forma de descrição dos ambientes e das situações remetem a uma estrutura literária que explora os relatos coletados em uma tentativa de reconstituição do que ocorreu.

Um pequeno rádio sobre o aparador tocava uma música popular. Após um longo silêncio, Nicolás Carranza se levantou, tirou o sobretudo do cabide e o vestiu lentamente.

Ela tornou a olhá-lo com expressão resignada.

- Aonde você vai?

- Tenho o que fazer. Se der volto amanhã. (WALSH, 2010, p. 27-28).

Como uma testemunha ativa da constituição narrativa do massacre, Walsh (2010) explora o discurso em primeira pessoa, explicando diversos passos da apuração, tanto no corpo do texto: “sabemos, por exemplo, que por volta de 21 horas aparece um homem chamado Rogelio Díaz, mas não sabemos exatamente quem o traz, nem a que vem” (WALSH, 2010, p. 39), como em notas de rodapé: “entrevistando um número considerável de testemunhas secundárias, cheguei à conclusão de que realmente existiu um sargento Díaz.” (WALSH, 2010, p. 40). Esse segundo trecho revela claramente o papel do jornalista nesse testemunho. Além de ouvinte, é também responsável pela articulação dos relatos e pelo cruzamento de versões. Ao descrever esse processo, o jornalista evidencia a sua total dependência dos testemunhos a que teve acesso nesse caso, uma vez que não havia outra maneira de confirmar a existência de Rogelio Díaz.

A posição de Walsh enquanto aquele que se dispõe a ouvir o testemunho incômodo do outro, nos termos de Gagnebin (2006) pode ser percebida no seguinte trecho: “escutar Giunta é algo penoso, pois temos a sensação de estar vendo um filme que, desde que foi rodado naquela noite, gira e gira dentro de sua cabeça, sem nunca poder parar” (WALSH, 2010, p. 18). Desse modo, ao se abrir para ouvir o testemunho doloroso do outro, Walsh demonstra estar disponível para a escuta. Essa abertura é, no entanto, imprescindível para que haja realmente o testemunho, conforme afirma Seligmann-Silva (2008). E completamos, é imprescindível para que seja possível uma aproximação da experiência que o outro testemunha para o leitor.

Já na terceira parte, denominada de “A prova”, o autor aborda os desdobramentos da chamada *Operação Massacre*, uma vez que o fato de terem restado sobreviventes para contar a história e exigir justiça trouxe implicações ao caso. A ênfase dessa última parte sai do âmbito dos testemunhos dos sobreviventes e familiares das vítimas e recai sobre os documentos e os depoimentos oficiais sobre o caso, principalmente no que diz respeito a um sobrevivente: Carlos Livraga. Uma vez que a base desta parte do livro são os depoimentos, estes são transcritos muitas vezes na íntegra, ocupando até seis páginas inteiras. Neste ponto, Walsh (2010, p. 151) aciona o leitor para que chegue às suas próprias conclusões a partir dos depoimentos e passos da investigação, como fica explícito no seguinte trecho:

Comece por duvidar da própria existência desses homens que, segundo minha versão, o chefe de Polícia prendeu em Florida na noite de 9 de junho de 1956. E dê ouvidos a Fernández Suárez, quando este declara o que segue perante a Junta Consultiva, no dia 18 de dezembro de 1956, segundo a versão taquigráfica.

Sobre esse excerto, podemos problematizar o papel que o autor reserva ao leitor, como se o próprio leitor se tornasse a testemunha, naquele

sentido de ouvinte discutido no item anterior, do relato do jornalista, do entendimento de Walsh a partir do depoimento.

Nesse sentido, Rodolfo Walsh rompe com a forma autoritária de narrar, que Resende (2005) caracteriza como própria do discurso jornalístico tradicional. Para o autor, a rigor, o jornalista não escolhe como narrar, apenas lança mão de uma técnica pré-configurada que regula e delimita a sua atuação, de modo que a enunciação se subordina ao enunciado. Ao romper com essa lógica, destacando o processo de apuração e compartilhando, inclusive, as próprias dúvidas e lacunas que restaram da investigação com o leitor, Walsh (2010) se afasta de um ideal de verdade inalcançável e abre o texto para a interpretação do leitor. Cria-se então, uma espécie de intersubjetividade, possibilitando uma relação entre o sujeito narrador e o sujeito leitor, que permite a esse último que ele confronte o relato com a sua experiência de vida, com os seus saberes.

As proposições acima ficam evidentes no seguinte trecho: “mas, há mais alguém fora os já mencionados? Será difícil achar uma testemunha que se lembre de todos; os que poderiam fazê-lo estão ausentes ou mortos. Só podemos nos guiar por indícios” (WALSH, 2010, p. 61). Dessa forma, o jornalista divide com o leitor o contexto da construção narrativa do seu próprio testemunho, evidenciando que se trata da verdade a qual ele teve acesso. Um aspecto que reforça a questão lançada por Resende (2005, p. 97): “narrar a verdade dos fatos independe de encontrar uma verdade”. Mais à frente no mesmo texto, ele considera que essa relação com a verdade é própria da tomada de posição do sujeito que ele chama de narrador-jornalista na construção da narrativa. “Em um texto habitado pelo narrador-jornalista, o seu criador é liberado da obrigação de revelar qualquer verdade que seja, é o narrador quem observa e conta a história (...) ele é uma estratégia textual, e é no texto que ele se revela” (RESENDE, 2005, p. 98).

Partindo dessa perspectiva, Walsh (2010) revela-se enquanto narrador-jornalista e testemunha responsável pela construção narrativa do ocorrido, a partir do cruzamento entre os diversos testemunhos, os depoimentos registrados e os documentos aos quais teve acesso. Rodolfo Walsh deixa explícito que ele foi o responsável por dar visibilidade à *Operação Massacre*, tendo em vista que não houve repercussão midiática sobre o assunto na época. O mesmo ocorre com o julgamento de Carlos Livraga, que o jornalista aborda na terceira parte do texto:

La Razón, de Buenos Aires, num quadro intitulado “Uma reunião”, também fez eco das gestões, informando que se discutiram “os acontecimentos produzidos no ano passado na zona de San Martín”. A liberdade de imprensa de que gozava o país se esgotou nesses eufemismos. A opinião pública nunca foi informada da existência do processo Livraga. (WALSH, 2010, p. 173).

Desse modo, coube a Walsh (2010), ao reunir todo o conteúdo em um livro, constituir narrativamente o seu próprio testemunho daquilo que

ocorreu em determinado momento histórico do país. Essa ação evidencia a ampliação do papel do testemunho, não mais pensado somente a partir de quem viu ou experimentou determinado fato ou acontecimento, mas também como um modo de ouvir e narrar aquilo que antes estaria situado na esfera da interdição. Como nos lembra Gagnebin (2009, p. 57), “testemunha seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras sejam levadas adiante”.

Mais que trazer à tona os testemunhos até então ignorados por quase todos os meios de comunicação, Walsh (2010, p. 223-235) apresenta, no Apêndice da obra, o que ele denomina de “Breve história de uma investigação”. Nessa parte, ele aciona os pormenores da trajetória empreendida por ele no sentido de contar uma história que estava sendo invisibilizada pelos detentores do poder. Essa dimensão de transparência no processo de produção jornalística é problematizada por Maia (2008, p. 135) quando ela afirma que “participar do processo da comunicação, entretanto, não significa ter somente o direito de receber ou transmitir informações, mas também o direito legítimo de conhecer os caminhos que foram percorridos para se chegar a determinada notícia ou reportagem”. Dessa forma, o leitor tem à sua disposição elementos para compreender como e de que maneira as histórias foram construídas, participando, de alguma forma, do processo de constituição da narrativa.

Por fim, vale a pena destacar uma última questão acerca de *Operação Massacre* que diz respeito à memória ou, na concepção de Gagnebin (2009), a uma elaboração do passado. A forma como Walsh (2010) construiu o relato, juntando a ele, além do texto que narra o ocorrido, outras questões como o processo Livraga e as acusações que ele mesmo sofreu, faz com que o livro se configure enquanto um dossiê da *Operação Massacre*, que registra um acontecimento que o escritor não gostaria que se repetisse e que, muito menos, caísse no esquecimento, como ele mesmo destaca: “Investiguei e relatei estes fatos assombrosos para levá-los ao conhecimento do público da forma mais ampla possível, para que inspirem espanto, para que nunca mais tornem a se repetir” (WALSH, 2010, p. 206).

Por intermédio da valorização da fonte testemunhal, Walsh (2010) participa da disputa de sentidos na sociedade, visto a abundância de referenciais simbólicos existentes no interior da sociedade, como nos diz Resende (2011, p. 134): “O mundo contado nos jornais, à luz da narrativa, é menos da ordem da retórica das imparcialidades e objetividades, do que do jogo de forças, das negociações e dos embates próprios do mundo da vida”.

Safatle e Teles (2010, p. 237, grifo do autor) problematizam que genocídios como os de Auschwitz já haviam ocorrido ao longo da história, entretanto a questão nova que esse acontecimento apresenta é o “*desejo do desaparecimento*” dessa história. Nessa perspectiva, nada deve permanecer; “nomes, marcas e traços devem ser apagados da

memória” (MAIA; LELO, 2015, p. 141). Ao jornalista-narrador cabe a tarefa de incomodar o *status quo*, de escavar o real com vistas a dar forma a histórias até então ocultas.

Assmann (2011) também nos ajuda a pensar sobre o papel da memória na contemporaneidade. Ela diz que é possível pensar a memória enquanto técnica de armazenamento ou como potência que envolve dinâmicas mais complexas acionadas pelo presente. No caso em análise, podemos pensar a memória como potência capaz de trazer à tona uma história que estava marginalizada e desconhecida do público. Nesse sentido, a própria edição usada para essa discussão, que traz como apêndices o prólogo, a introdução, o apêndice obrigatório e epílogo da primeira edição, os epílogos da segunda e da terceira edições, além da carta aberta que Walsh escreveu para a Junta Militar em 1977, localiza a obra de Walsh (2010) como parte de um processo histórico contribuindo para que esse livro seja compreendido a partir de uma dada temporalidade e, portanto, reconfigurando uma memória histórica. *Operação Massacre* se constituiria, portanto, como uma obra que suscita um “dever de memória” (GAGNEBIN, 2009). A autora faz uma referência a “Auschwitz”, símbolo da Shoah, como “um emblema daquilo que *não pode, não deve ser esquecido*” (GAGNEBIN, 2009, p. 98, grifo da autora), não só no sentido de que seja sempre lembrado, mas na perspectiva de que algo semelhante não aconteça mais.

Considerações finais

A partir da obra de Walsh (2010) podemos perceber algumas características da apropriação do testemunho nessa narrativa. A primeira delas é a centralidade do testemunho para a reconstituição e visibilidade do acontecimento em questão, uma vez que o ponto de partida de toda a investigação foi o depoimento do primeiro sobrevivente encontrado, Juan Carlos Livraga. É, portanto, a fala de Livraga que torna possível a narrativa sobre o que o jornalista chamou de *Operação Massacre*. Os testemunhos e a presença dos sujeitos nessa obra não cumprem apenas a função de preencher lacunas no texto jornalístico, são centrais, o que possibilita uma maior aproximação entre o leitor e a experiência desses sujeitos. Sobre esse último aspecto, o nível de detalhes explorado pelo autor mostra-se fundamental, o que nos leva para a segunda dimensão do testemunho presente na obra.

Essa segunda característica consiste no papel do próprio jornalista enquanto testemunha dos relatos, uma vez que ele se dispõe a ouvir e a narrar a história dos sujeitos. Fica evidente no livro a importância do narrador em tirar do anonimato esses sujeitos que foram fuzilados sumariamente. Nota-se a ampliação do papel desempenhado pelo jornalista; para além de simples mediador, ele atravessa a própria história, pois a partir de nomes e fatos isolados - “indícios” na acepção de Ginzburg (1989) - consegue entrelaçar

narrativas que irrompem no meio social de maneira potente como nos apresenta Assmann (2011).

O livro apresenta-se, portanto, como uma forma de relato para aqueles que não estiveram presentes no acontecimento, configurando o caráter escrutinador da obra e do jornalista, o que possibilita uma recomposição do passado a partir das possibilidades que o próprio presente aciona. Ao refletir sobre a importância da narrativa na atualidade, em especial das histórias dos “perdedores”, Ricoeur (2010, p. 129) diz que “toda a história do sofrimento clama por vingança e pede narração”. É nesse sentido que o narrar se configura enquanto ação e o ato de narrar torna-se potente de sentidos mobilizadores, dando visibilidade a uma história que ainda não existia narrativamente, cumprindo assim, também, um dever de memória.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CASTRO, Ruy. Nota Biográfica. In: WALSH, Rodolfo. **Operação Massacre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 271-282.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAGE, Leandro Rodrigues. Cenas do testemunho na televisão: o (des) encontro de mundos. **Galáxia**, São Paulo, n. 29, p. 110-122, jun. 2015.

MAIA, Marta R. A regra da transparência como elemento democratizador no processo da produção jornalística. **Brazilian Journalism Research** (versão em português), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 132-152, jul./dez. 2015.

MAIA, M. R., LELO, T. V. O potencial crítico das narrativas jornalísticas sobre o período ditatorial no Brasil. **Brazilian Journalism Research** (versão em português), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 128-145, jul./dez. 2015.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 85-101, 2005.

_____. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectiva**, Salvador/EDUFBA, Brasília/Compós, p. 120-134, 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa: A intriga e a narrativa histórica**. Vol. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SAFATLE, V.; TELES, E (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado** – cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

TUCHMAN, Gaye. Entrevista. **Comunicação & Cultura**, Lisboa, n. 9, pp. 165-171, 2010.

WALSH, Rodolfo. **Operação Massacre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.